



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

PAOD— Agricultura
2002/06/13 - Paulo Valadão

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Na Região Autónoma dos Açores a agro-pecuária continua a ser o sector fundamental da nossa economia, pela riqueza que gera, pelo número de pessoas ligadas directa ou indirectamente ao sector, também devido às aptidões naturais que possuímos e a alguns dos costumes ancestrais dos nossos produtores; em poucas outras partes do globo se produz carne e leite, em pastagens verdes, onde os bovinos, com inteira liberdade se alimentam “ad libitum” durante todo o ano. Mas hoje, estamos muito dependentes dos apoios e prémios comunitários, por isso é fundamental que as negociações com a Comunidade Europeia sejam conduzidas com sentido de responsabilidade e, conhecimento profundo das realidades e das necessidades da agricultura e da pecuária dos Açores.

Recentemente estive na Região o Secretário de Estado para os Assuntos Europeus e, numa linha de pensamento que o Dr. Costa Neves expressava como Deputado Europeu, voltou nestas novas funções a exprimir a disponibilidade para ser intérprete dos interesses da Região no que diz respeito às propostas que devem ser apresentadas junto às instâncias Comunitárias. Mas temos um Governo Próprio, e por isso mesmo é ao Governo Regional dos Açores que compete ter propostas concretas no sentido da defesa dos interesses dos Açores junto da Comunidade Europeia. E hoje, volta a ser necessário e urgente que o Governo dos Açores saiba o que os agricultores necessitam e seja capaz de assumir esses anseios, através de propostas concretas, em Bruxelas.

E isto, porque está em cima da mesa a revisão intercalar da PAC; no dia 10 do próximo mês de Julho a Comissão irá avançar com propostas concretas no sentido dessa revisão e receamos que mais uma vez os Açores deixem passar uma oportunidade de conseguirem uma revisão da PAC que possa, de certo modo, favorecer a Região; e, esta pode ser uma das últimas oportunidades e isto porque a partir de 2004, com o alargamento da União Europeia, haverá um maior número

de Países a beneficiar de um orçamento que não é previsto que aumente, e porque as despesas da PAC em 2001 foram inferiores ao previsto na Agenda 2000. Mas, repito, é fundamental que a Região saiba o que pretende e tenha propostas concretas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Sobre esta matéria poderíamos analisar aspectos ligados ao leite e à quota ou, podíamos referir problemas relacionados com os prémios, mas tão somente vamos desejar que o Governo Regional seja capaz de salvaguardar os interesses dos Açores; porém, vamo-nos deter sobre a política das reformas antecipadas para os agricultores, cuja negociação em 2000, e em nosso entender, foi um fracasso total e absoluto para a Região Autónoma dos Açores. Quando em 23 de Janeiro de 2000 o Comité STAR aprovou os planos de desenvolvimento rural para Portugal, na redistribuição dos montantes 90% foi para o Continente, 8% para os Açores e 2% para a Madeira. Foi por isso que em 2000, 2001 e 2002 a Região apenas teve verbas para satisfazer os contratos das reformas antecipadas anteriormente estabelecidos. Neste momento, se o Governo Regional tiver capacidade negocial e vontade política, tem a Região condições de conseguir verbas para poder implementar reformas antecipadas para a agricultura, o que iria melhorar o rendimento dos agricultores idosos que se dispusessem a cessar a actividade agrícola, transferindo as suas explorações para jovens agricultores, melhorando a viabilidade económica das explorações destes e contribuindo também para a modernização destas explorações.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Deixamos hoje e aqui este desafio ao Governo Regional; consigam um aumento de verbas para os Açores no Plano de Desenvolvimento Rural destinado a implementar reformas antecipadas de agricultores, porque com a implementação das reformas antecipadas também se modernizam e viabilizam melhor as explorações e se criam condições para que os jovens agricultores possam aumentar as suas produções, satisfazendo as suas aspirações profissionais e usufruindo duma qualidade de vida superior àquela que têm no presente.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Para que sejam bem resolvidos os problemas da agricultura açoriana, nomeadamente a questão da produção de leite garantindo o aproveitamento das potencialidades instaladas, a produção de carne criando um produto de elevada qualidade natural, a garantia da resolução dos circuitos comerciais para os produtos, a diversificação agrícola como indispensável actividade complementar; a modernização e renovação global do sector, é absolutamente essencial que o Governo Regional faça propostas adequadas, mas é também absolutamente essencial que face a essas propostas o Governo da República passe das palavras aos actos, formando assim a Região e o Estado um eficaz bloco e um seguro interlocutor junto da Comunidade Europeia, na defesa dos interesses da economia produtiva açoriana em geral, e da agricultura em particular.